

# Participação necessária

Na hora da reformulação de Brasília - no melhor sentido de adaptação do Plano Lúcio Costa às realidades do tempo e de correção de erros naturais - deve-se observar seriamente o papel da iniciativa privada, especialmente no campo imobiliário.

Ao impulso pioneiro e insubstituível dado pelo Governo na instalação e consolidação da cidade, esforço no qual se sucederam governos tão diversos na origem e características como os do fundador Juscelino Kubitschek e dos três presidentes da Revolução, Castello, Costa e Silva e Médici, deve-se seguir uma fase de acabamento em que o papel da iniciativa privada há de ser notável.

Na verdade, criaram-se as condições para que o interesse privado, do pequeno investidor com sua poupança fruto de sacrifício e em busca de remuneração segura à grande empresa, olhe para Brasília e se aplique a ela visando vivificá-la, completá-la, tornando-a cheia de conforto e iniciativas que somente ampliarão sua eficiência e vantagens de cidade administrativa.

O Poder Público - suas repartições, seus serviços auxiliares, seus servidores - são itens do orçamento nacional e o Brasil cresceu suficientemente para prover-se e prever a sua rotina como um autêntico projeto em desenvol-

vimento. Já não somos um país improvisando sua máquina burocrática. E a presença do Governo em Brasília, na atual fase de conclusão do Núcleo Administrativo, já é feita de forma automática, sem atropelos nem abusos. O sistema de apartamentos funcionais é uma iniciativa lógica e prática. Mas, uma capital não é apenas uma sede de repartições, mas, o centro das decisões nacionais, para o qual devem convergir as instalações não oficiais, as grandes empresas, as centrais sindicais, as organizações de todo tipo que tenham âmbito nacional e ligações de qualquer ordem com o Governo Federal.

Muitos diagnósticos respeitáveis da crise do Poder Civil brasileiro, substituído pela Revolução de 1964, admitem que a construção de Brasília - menos pelas cifras reais do seu custo do que pela histeria conseqüente do fato de que tudo que se fez custou recursos do Tesouro - foi uma das causas do colapso do regime da Constituição de 1946.

Parece-nos um argumento razoável, desde que analisemos os documentos, das verrinas de Carlos Lacerda aos relatórios do Fundo Monetário Internacional. Veremos que a tônica da construção de Brasília é constante: pelos erros e irresponsabilidades de todo tipo, pelos escândalos e falcatruas, pelos maus negócios da

Nação e pela exploração dos trustes internacionais, por tudo, acusava-se apenas a iniciativa admirável, e hoje se vê que perfeita, da edificação da capital no Planalto Central.

Ora, assim como as maciças inversões federais em Brasília foram um dia objeto de provocações mesquinhas, a inversão de fatores, com um estímulo à iniciativa privada para complementação da capital, haverá certamente de representar forte argumento em contrário.

Parece-me lógico que a alternativa será não só entendida como produzirá efeitos admiráveis.

E para tanto, a cidade já possui instituições perfeitamente capazes de assumir tais papéis proponderantes, como ficou claro na assembléia do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília, uma exemplar entidade que, entre as suas reivindicações, incluiu um apelo ao Governo do Distrito Federal no sentido de definir-se, clara, solene e definitivamente sobre os procedimentos confusos relativos à alienação de terrenos sem o cumprimento de determinadas formalidades, expediente recentemente condenado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao examinar o escândalo do "Buritigate".

Ora, tal preocupação significa seriedade e serve como um

atestado de idoneidade para um grupo profissional cuja atividade de vendas não impede a adoção de um alto padrão ético para seus negócios.

Mas, esses mesmos corretores, que atestam a qualidade e lucratividade dos negócios imobiliários em Brasília e pedem medidas de saneamento legal e moral do mercado, também carecem de atenções para os problemas que dificultam sua ação de profundo valor político e econômico.

Parece-nos lógico, portanto, que na discussão dos novos rumos de Brasília, tais corretores especializados - e os citamos como padrão dos setores da iniciativa privada que devem intervir no processo, como a indústria da construção civil, também extremamente importante - sejam chamados a participar.

Quando a Revolução de 1964 proclamou a opção capitalista para a organização da sociedade brasileira, proclamou igualmente o caráter de atividade pública importante dos que participam da expansão dos negócios, promovendo-os com imaginação e senso de oportunidade, o que faz do seu lucro recompensa merecida, por ter feito o contato harmonioso entre produtores e consumidores.

Esse mecanismo faz muito bem e ainda fará mais à cidade de Brasília que se deseje reestudar.